



Senadora diz que cansou de esperar projeto do governo para cabotagem

15 de junho de 2020

Dimmi Amora, da Agência iNFRA

A senadora Kátia Abreu (PP-TO) disse que apresentou novo projeto de lei para regulamentar a cabotagem no país, antes da prometida proposta legislativa do governo federal para o programa BR do Mar, de incentivo ao setor, por causa das dificuldades atuais de fazer negociações no Parlamento devido à pandemia da Covid-19 e porque “cansou de esperar” o projeto do governo.

“Esperei demais eles enviarem. Fui muito ética com o governo e preferi esperar até agora a proposta deles, mas cansei. Estamos vindo com uma coisa forte”, disse a senadora, que afirma trabalhar pelo menos desde a MP dos Portos, de 2012, para alterar as regras da navegação do país.

de consenso.

“O que vai sair será um misto daquilo que nós propomos com o que ela está propondo. Isso vai resultar na modernização que tantos queremos”, disse o ministro durante o evento.

O projeto da senadora prevê uma abertura do mercado maior que a proposta finalizada no Ministério da Infraestrutura e está no momento em análise na Casa Civil, ampliando as possibilidades de circularização de carga no chamado afretamento a tempo. Ela está mais alinhada às propostas que vinham sendo defendidas pelo Ministério da Economia.

Na justificativa da proposta, a senadora cita processos do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e do TCU (Tribunal de Contas da União) que apontaram concentração de mercado com poucas empresas no setor, o que ela afirmou ser uma prática. Segundo Abreu, a intenção é “fazer com que a cabotagem seja como é no mundo todo, mais viável que o ferroviário e rodoviário, mais barata e menos poluente”.

Leia também: Ministério mantém proposta para concessão da BR-163/PA-MT e envia ao TCU sem revisão por Covid-19

“Hoje é mais barato ir de caminhão com milho de Rio Grande do Sul a Pernambuco do que pegar um navio. Mas se for do Uruguai é mais barato”, reclamou a senadora, que é ligada ao agronegócio.

A proposta da senadora também mexe em dois pontos que não estariam no projeto do governo. Eles tratam de redução de custos de operação: a obrigatoriedade da Receita Federal aceitar documentos específicos para facilitar o transporte por cabotagem e a previsão de fim do adicional de frete. O projeto de lei está [neste link](#).

Desafio para o projeto

O presidente da Abac (Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem), Cléber Cordeiro Lucas, afirmou que o projeto do governo já deveria estar no Congresso para que pudesse ser iniciada a discussão, que, segundo ele, será inevitável.

Sobre a proposta da senadora, Lucas afirmou que ela tem alguns problemas técnicos, como proibir que empresas brasileiras tenham navios comprados fora do país, o que indica o oposto do desejo da senadora sobre maior competição.

“A tendência é de acontecer muitas propostas, que as pessoas querem contribuir de uma maneira, mas o que propõe desfaz uma série de pontos importantes numa atividade complexa”, disse Lucas. “O projeto mostra como será desafiador ter um projeto bem estruturado.”

RJ, afirmou que o projeto da senadora vai ao encontro do desejo dos usuários por melhores preços e mais oferta.

Ele criticou a intenção do Ministério da Infraestrutura de fazer proposta legislativa protegendo os investimentos já realizados pelas empresas, o que segundo ele vai conduzir a mais concentração de mercado.

Leia também: Cronograma tem previsão de envio ao TCU de seis projetos de concessão até abril

“Tão importante quanto o teor do PL é a sua justificativa, que não deixa margem de dúvidas de que o mercado, e em especial o embarcador nacional, não suporta mais ser vítima de um mercado cartelizado e é maduro o suficiente para identificar os movimentos contrários a isso”, disse Salomão.

Categoria *Geral* *iNFRATransporte*

Tags *ABAC* *Abraão Salomão* *BR do Mar* *cabotagem* *Cleber Cordeiro Lucas* *Kátia Abreu* *Ministério da Infraestrutura* *Tarcísio de Freitas* *Usuport-RJ*



Ministério da Infraestrutura cria grupo de trabalho para apoiar DNIT com gestão de atribuições da RFFSA

STJ retira da pauta julgamento das liminares do GSF após pedido de Bento Albuquerque



ÚLTIMAS DA INFRA

Normas da ANTAQ passarão por AIR antes do início da elaboração, prevê proposta

Relicitação passa a ser cenário mais provável para Linha de Transmissão Manaus-Boa Vista, apontam técnicos

TCU diz que abastecimento de RR custa R\$ 1,5 bi ao ano e dá 180 dias para MME apresentar novo plano

futuro

**MAIS LIDAS DA INFRA**

[Resolução da Conaero abre caminho para reabertura das fronteiras aéreas do Brasil...](#)

[iNFRA Debate: Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão em...](#)

[Estados articulam ajuda federal para tentar salvar de colapso sistema de mobilidade urbana](#)

[iNFRA Debate: Quando a impossibilidade de reequilíbrio não é o fim](#)

[Custo da judicialização no setor aéreo é de R\\$ 1 bi ao ano, apontam diretores da ANAC](#)

[Senadora diz que cansou de esperar projeto do governo para cabotagem](#)

[iNFRA Debate: O legado da maior e mais nova concessão de rodovias paulistas](#)



O conteúdo da Agência iNFRA é protegido pelas leis de direitos autorais vigentes.
Os nossos serviços estão condicionados ao aceite de nossos Termos de Uso.